PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA Estado do Paraná

PORTARIA N.º 106

Fixa normas para tramitação de processos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que a demora verificada na solução das petições e os eventuais extravios de processos vêm causando certos transtornos à Administração e constantes reclamações de contribuintes,

RESOLVE:

FIXAR as seguintes normas que deverão ser fielmente obedecidas pelos diversos segmentos da Administração Públ \underline{i} ca Municipal, sob pena de sanções funcionais:

- l. Toda documentação a ser tramitada na Prefeitura $\underline{\text{Mu}}$ nicipal deve, primeiramente, ser encaminhada ao Protocolo $\underline{\text{Ge}}$ ral, para ser autuada, mediante o pagamento da taxa correspondente.
- 2. Após a autuação, o processo será encaminhado para verificação de débito e posteriormente à Secretaria compete<u>n</u> te para a solução da petição.
- 3. Não pode o encarregado do Protocolo, em hipótese a $\underline{1}$ guma, entregar o Processo, após autuado, ao contribuinte, para sua tramitação. O processo só pode ser entregue à Secreta ria competente, com a devida carga de responsabilidade.
- 4. A tramitação do processo de uma Secretaria para qualquer outro setor administrativo deverá ser feita media<u>n</u> te "REMESSA DE DOCUMENTOS" devidamente preenchida, sendo a lª via destacada e encaminhada, periodicamente, ao Protocolo Geral, para arquivamento. As Secretarias não devem receber

r A

.106 FLS.

ou encaminhar processos sem o termo correspondente, vez que ao recebê-los tornam-se responsáveis pelos mesmos.

- 5. Concluído o processo deve o mesmo ser retornado ao Protocoló Geral côm o carimbo DEFERIDO ou INDEFERIDO e com o termo de ARQUIVE-SE assinados pelo Secretário. Os Secretários são competentes e devem decidir em primeira instância, só sendo colhido parecer da Secretaria de Assuntos Jurídicos quando se tratar de efetiva dúvida jurídica. As decisões em degunda instância (Recurso) são de competência exclusiva do Prefeito Municipal.
- 6. Os processos não devem permanecer por mais que 5 (cinco) dias nas Secretarias, sem solução. Cabe aos Secret<u>á</u> rios cuidar de suas agilizações evitando possíveis prejuízos aos interessados.

PAÇO MUNICIPAL, aos 12 de agosto de 1986.

ANTONIO ROMERO FILHO

Prefeito Municipal

JOSÉ LUIZ DE MORAES

Secretário de Administração